

Trabalho com família no âmbito das políticas públicas

TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). *Trabalho com família no âmbito das políticas públicas*. Campinas: Papel Social, 2018. 244p.

Luciana Moreira de Araujo¹

Resenha recebida: agosto de 2018

Resenha aprovada: outubro de 2018

Se a temática família, por ser entendida como espaço primeiro e primordial de proteção, não representa necessariamente uma novidade para a intervenção e pesquisa, esta coletânea destaca-se por se debruçar sobre a lacuna existente nos estudos acerca do trabalho com famílias no campo das políticas públicas.

Organizado por Solange Maria Teixeira – cuja obra é voltada para o campo das políticas públicas, família e envelhecimento – o livro em tela é constituído em três partes: A primeira “Trabalho com família: fundamentos e perspectivas contemporâneas” traz a questão da contemporaneidade nas ações planejadas e desenvolvidas, como um orientador para os fundamentos teórico-metodológicos que embasam a dimensão reflexiva e interventiva, tanto nas demandas apresentadas pelas famílias, quanto na relação com o Estado via política pública. A segunda parte “Trabalho com família na política de assistência social” abstrai teoricamente eventos e experiências cotidianos referentes à proteção social básica e especial, de média e alta complexidade. Ambivalências transversais aos serviços sociais configuram os elementos marcantes dos artigos que compõem esta seção. Dos serviços individuais e fragmentados à matricialidade fa-

miliar, ainda presencia-se exigências calcadas na concepção estereotipada da mesma. A terceira parte “Trabalho com família na política de saúde” tem o foco no Programa Melhor em Casa e no contexto dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

São apresentados dez artigos redigidos por autoras do Serviço Social e campos epistemológicos afins, com suas respectivas pesquisas e trabalhos interconexos, situados em programas de universidades de quatro regiões diferentes. São inquietações do universo de demandas e relações de trabalho com as famílias e com a política pública.

Ficam evidentes para as/os leitoras/res que, subjacente ao teor dos artigos produzidos, existem duas concepções/propostas antagônicas de intervenção junto às famílias: uma pautada nos direitos sociais legitimados na Constituição Federal de 1988, resultado da agência dos movimentos sociais na redemocratização (reforma psiquiátrica, movimento nacional dos meninos e meninas de rua e outros), que convoca a responsabilidade do Estado pela garantia dos direitos com a participação política dos sujeitos na condição premente da sua cidadania. E outra, ancorada nas premissas da ofensiva neoliberal, cuja redução do Estado (leia-se para as classes menos favorecidas) entrega para as famílias a responsabilidade da proteção, sustentada no clichê (no meu entendimento, equivocado) sobre a autonomia. Por suposto, apropria-se da palavra autonomia de forma tendenciosa e descontextualizada, postulando a família como um grupo isolado e restrito ao âmbito privado, negando sua inserção em uma determinada classe social e nas condições objetivas que desta decorrem. O mercado e o consumo configurariam o destino das famílias na busca para o atendimento de suas demandas, mesmo aquelas preconizadas como universais: a saúde e a educação.

A diáde explicitada acima é constitutiva da estruturação da política social e coloca para a intervenção profissional a armadilha que consiste em negligenciar a categoria da totalidade. Ou seja, refletir que uma demanda imediata trazida às unidades de serviço, não se resume a um pro-

blema isolado, mas corresponde a um aspecto microsocial que precisa ser analisado a luz da totalidade, evitando incorrer na naturalização da desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida.

No primeiro artigo intitulado “Família e Proteção Social: intervenções profissionais contemporâneas?”, Regina Célia Tamaso Mio-to parte da questão norteadora “o que fazemos, como fazemos e o que esperam de nós”, para refletir sobre as (supostas) recentes modulações das intervenções com as famílias. Discorre sobre a recorrência das propostas interventivas, visto que nos oitenta anos do Serviço Social, a família sempre foi entendida como lócus da intervenção demandada pelos empregadores e gestores em diferentes contextos históricos. Não obstante as novas configurações familiares e o reconhecimento da desigualdade estrutural de classe, de gênero e de etnia, a família ainda é depositária de muitas expectativas, delegação e exigência de responsabilidades, que envolve riscos e reciprocidades permeadas pela obrigação.

O ideário da família patriarcal burguesa ainda reside, supostamente esmaecido, referenciando teoricamente correntes conservadoras no denominado trabalho social com famílias. As legislações e o sistema judiciário – com suas respectivas variações históricas – representam agentes de regulação sobre papeis e funções. Nesse interstício o que cabe aos profissionais no âmbito das intervenções, se pensarmos na inter-relação entre todos os agentes no campo, ou seja, o Estado representado nas políticas públicas e legislação vigente, os serviços sociais, as famílias e as equipes profissionais? Como equacionar as tensões entre o empenho profissional, via de regra coadunado com a garantia do direito e lidar com possíveis julgamentos morais, quando a contrapartida das famílias fica aquém daquela esperada pelas equipes técnicas? O campo da elaboração das políticas sociais e das intervenções está intrinsecamente atrelado ao próprio movimento da sociedade, e ainda reverberam contradições sobre as concepções de família. As transformações almejadas necessitam múltiplas investidas: na esfera da for-

mação profissional, no âmbito do trabalho, com debates que subsidiem a construção de outras mediações para pensar a práxis social.

Isto posto, nota-se o bastão sendo passado para o segundo artigo, “Fundamentos teórico-metodológicos do trabalho social com famílias” de autoria de Solange Maria Teixeira, que oferece subsídios para a crítica às teorias conservadoras, ao dissertar sobre as matrizes de fundamentação teórico-metodológicas Marxismo e Positivismo.

Destaca o referencial positivista/funcionalista e sistêmico como representante da normatividade e estabilidade, operacionalizado por ações individualizantes e burocratizadas. A analogia entre a sociedade e o corpo humano, justifica a interpretação das relações sociais pela busca da coesão, cabendo a ideia de desvio para os inadaptáveis. A perspectiva materialista histórico-dialética, sustentada pelas categorias historicidade e totalidade, realiza a leitura dos fenômenos políticos, sociais e econômicos como expressões do modo das relações de produção e reprodução. Indubitável tratar-se de dois epicentros de análise das demandas apresentadas na imediaticidade do real, desdobrando-se em formas antagônicas de planejar e intervir. Superando a falácia da neutralidade, o referencial marxista traz na concepção de família, a construção histórico-social distinta de uma leitura essencializada, estando a família, portanto, sujeita às transformações, ampliando espaço para diversidades, contradições e conflitos, sem anular a sua capacidade de socialização, convivência e construção da matriz da identidade individual para seus integrantes.

São propostas interventivas contrapostas, seja no âmbito individual – aqui entendido como o campo das singularidades daquela família – seja no coletivo, estimulando articulações diante das particularidades que os une. O viés marxista objetiva ações de planejamento, socioeducativas e socioassistenciais, estudos intersetoriais, ancorados na política de proteção social integral em detrimento de ações que reproduzem estereótipos e reforçam comportamentos julgados como saudáveis, harmônicos ou adequados. Em última instância, referen-

ciais teórico-metodológicos são mais do que compreensões e leituras distintas, e sim, implicações políticas que remetem a projetos societários diferenciados.

Concluindo a primeira parte do livro, o artigo de autoria de Marta Silva Campos, “Política social e trabalho com famílias: questões atuais para a formação profissional do serviço social”, retoma o surgimento do modelo de proteção social a partir da concepção trifacetada dos direitos civis, políticos e sociais. No Brasil, os serviços e as políticas sociais destinadas, ainda nos anos 1930, à contenção da força de trabalho e às famílias pobres convergiram campo de trabalho para os assistentes sociais, nomeando a tríade política social, serviço social e família.

Historicamente a política social e o Serviço Social construíram trajetórias próprias, tangenciadas por diversidades, heterogeneidades, identificações, aproximações e distanciamentos que os consolidaram como campo de conhecimento e trabalho até que se encontraram. Em sua pesquisa quantitativa, Marta Campos faz um levantamento das instituições de ensino superior que oferecem disciplinas relativas à família, política social e Serviço Social, com suas articulações e desdobramentos reflexivos/propositivos.

O quarto artigo, o qual inaugura a segunda parte desta coletânea, analisa as situações de descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF). De autoria de Cássia Maria Carloto e Tatiana Oliveira Stecchi, “Trabalho com famílias em situação de descumprimento de condicionalidades” resulta de uma pesquisa qualitativa realizada no município de Londrina (PR). Resgata historicamente a origem dos programas de transferência de renda ressaltando vertentes serviram de base para as discussões à época: uma cujo viés neoliberal, focalizado e voltado à população pobre que entendia o programa como uma política compensatória; outra pautada na perspectiva da redistribuição e lógica da cidadania sustentada na premissa da universalidade e sem a necessidade de comprovação. Uma vez estabelecidas as bases de diferenciação dos programas e de

como se construiu a necessidade das contrapartidas como critérios de permanência no mesmo, as autoras discorrem sobre os segmentos sociais focalizados nesta política. A figura da mulher/mãe adquire relevo como centralidade e referência não só para o recebimento do benefício, como para o cumprimento das contrapartidas esperadas, onerando substancialmente suas atribuições perante tantas demandas junto aos membros da família.

Observa-se que os motivos que irrompem no descumprimento das condicionalidades, não raro, são alheios ao controle da família, mas as respostas imediatistas do senso comum mantêm-se restritas ao hábito da culpabilização, negligenciando as particularidades de cada contexto. Em suma, há entraves para um acompanhamento mais sistemático, além do acesso precarizado às políticas públicas. Neste sentido, o bloqueio/suspensão/cancelamento do benefício adquire um efeito reverso de acesso à política para o qual programa foi desenhado.

Julietty Nunes Cardoso dialoga com o raciocínio acima, também tocando na questão do gênero no quinto artigo intitulado “O trabalho social com famílias na proteção especial básica e suas repercussões nas relações de gênero”. As similaridades entre as análises resultam da pesquisa realizada no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Teresina (PI). Problematiza o conceito de família no contexto histórico dos regimes de bem-estar social tanto no exterior quanto nos marcos políticos do Brasil, buscando respaldo em Solange Maria Teixeira e Regina Célia Tamasso Miotto (referenciais teóricos que, aliás, pelo elevado valor heurístico que concentram, fundamentarão todos os artigos da segunda parte da coletânea).

Suas entrevistas com assistentes sociais e famílias atendidas produzem dados que convergem com Carloto e Stecchi, sobre a incompatibilidade da suspensão/bloqueio/cancelamento do PBF e a finalidade da promoção social. Versa ainda sobre a dupla face que a centralidade na família representa, ao trazer os avanços perante a ló-

gica da fragmentação, ao passo que reafirma o lugar de culpabilização destinado às mulheres/mães acoplado ao viés disciplinador e normatizador que o PBF abarca. Quanto ao espelhamento da política pública no movimento da própria sociedade, Julietty Cardoso propõe a revisão do desenho da política sobre contrapartidas idealizadas para a família, além da necessidade de incluir a transversalidade de gênero, quanto às convenções dos papéis e a divisão sexual do trabalho.

Os avanços e entraves dos quais a centralidade na família é constitutiva, estão desenvolvidos no sexto artigo “O trabalho social com famílias na proteção social de média complexidade”. Marianne Velloso Silva analisa a partir das legislações Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendências, perspectivas e obstáculos presentes nos serviços socioassistenciais. Traz para o cerne do debate a família que foi se configurando o alvo da intervenção estatal; os casos de falha que ainda hoje nutrem a concepção de família no vocabulário de muitos profissionais: “desestruturadas” e “disfuncionais”.

O Estado comparece parcialmente para essas famílias por meio da transferência de renda e de serviços sem que de fato mude a realidade objetiva e subjetiva delas, mas exige a não reincidência como contrapartida. Neste sentido, família e Estado sempre foram parceiros mesmo nos regimes menos familistas, diferindo atualmente com regulamentações via legislação e proteção social. Concorda com Carloto e Stecchi, sobre a escassez e precarização das ações públicas, universais, sistemáticas e contínuas. Marianne Silva propõe a reflexão acerca da transferência de responsabilidades versus proteção do Estado para as famílias em situação de extrema vulnerabilidade. Entre rupturas e permanências a noção de autonomia se confunde com a desresponsabilização do Estado.

O interessante fio condutor que une os artigos dessa seção aponta para medidas, serviços e políticas, cujos avanços permanecem insuficientes para mudar objetivamente e subjetivamente a realidade das

famílias atendidas – relação tensa e controversa entre a proteção e o familismo – principalmente se considerarmos a complexidade e a dinamicidade que as envolvem.

No sétimo artigo, “O trabalho social com famílias de origem no serviço de acolhimento institucional” de Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger, o debate situa-se no âmbito da alta complexidade, nos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco. Uma pesquisa documental no plano individual de atendimento (PIA) evidencia que as possíveis saídas na vida do adolescente só descrevem pactuações que envolvem “recursos internos”, acordos familiares e/ou comunitários, negligenciando as pactuações que perpassam as políticas inclusivas.

A autora reforça a noção de autonomia na sua contribuição efetiva: na capacidade de opinar, sugerir, intervir, compreender a realidade na sua totalidade, em uma perspectiva social. Coaduna a esta lógica, o oitavo artigo que encerra esta seção. De autoria de Poliana de Oliveira Carvalho, “Trabalho com famílias na assistência social: possibilidades e limites do trabalho socioeducativo com grupos” enfatiza a autonomia no viés da cidadania e nos processos sociais mais amplos e coletivos a partir de metodologias participativas e perspectivas emancipatórias. A proposta é substituir o dialógico pelo dialético, enaltecendo o planejamento, a sistematização e a avaliação junto com as famílias que uma vez motivadas e preparadas podem desnaturalizar as condições em que vivem.

Se a terceira parte do livro demarca as especificidades no âmbito da saúde, os artigos “Atenção domiciliar em saúde e processo de responsabilização das famílias: uma análise a partir do programa Melhor em Casa” de Keli Regina Dal Prá e Cristiane Schmidt, e “Trabalho social com famílias na perspectiva da política de saúde mental brasileira” de Lúcia Cristina dos Santos Rosa, não fogem dos eixos de análise observados nos artigos anteriores e expressam sua concordância com os núcleos de significação adotados. Seja no programa Melhor em Casa ou no contexto dos CAPS, os seguintes aspectos merecem realce: a) o

binômio mulher-cuidado evidenciando questão de gênero a ser problematizada; b) a necessidade de suporte sistemático, presente, politizado, que permita a troca de experiências e o fortalecimento das famílias; c) o preparo das equipes que desenvolvem o trabalho social com famílias na busca de transpor incipiências.

Dal Prá e Schmidt agregam ainda reflexões sobre a categoria humanização de que a atenção domiciliar seria portadora, como descolada das questões estruturais que perpassam o SUS. Importante leitura para problematizar se a humanização versus redução dos custos não contém um reforço da perspectiva familista, como a outra face da moeda onde se justifica o conforto, saúde, segurança e assepsia do lar. Um possível lugar de panaceia dedicado à família transferindo a responsabilidade do Estado pode ser refletido também na análise de Lúcia Cristina dos Santos Rosa, que apresenta um encorpado material que destrincha a política da saúde mental no Brasil entre 1990 e 2016, fruto da sua longa produção teórica. São reflexões fundamentadas na revisão da literatura, na prática profissional e militância, alcançando a dimensão relacional entre a família, a política, a equipe profissional e o usuário dos serviços, conferindo uma análise politizada, porém não restrita ao tom panfletário, sobre o louco, a loucura, o direito à cidade e a vida, como sujeito de direitos.

Esta coletânea é uma obra cuja leitura oferta aos profissionais, estudantes e pesquisadores análises com pontos de convergência que visam agregar aos estudos sobre família e política pública, além do esmero na reconstituição histórica e problematização teórica dos campos pesquisados em suas respectivas particularidades.

Nota

- 1 Assistente Social. Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: lma17rj@gmail.com

